

A música na proposta curricular para os anos iniciais da Educação Básica: um levantamento bibliográfico das produções de teses e dissertações

Sidileide Rabelo Casagrande
Universidade de Brasília (UnB)
sidileidecasagrande@gmail.com

Comunicação

Resumo: Este artigo resulta de uma pesquisa do tipo “estado do conhecimento” na produção acadêmica de teses e dissertações sobre a presença da música no currículo prescrito para os anos iniciais da educação básica. Ao todo, oito trabalhos foram selecionados a partir da leitura dos resumos e de acordo com a relação com a temática proposta. Os trabalhos selecionados foram mapeados e categorizados em Práticas Curriculares e Currículo da Educação Básica do Distrito Federal. A produção encontrada dialoga e contribui com a pesquisa em andamento que busca analisar a proposta curricular para o ensino de música nos anos iniciais da Educação Básica do DF, partindo do currículo prescrito ao currículo em ação, com o objetivo de identificar a forma como os conteúdos prescritos no currículo que se referem à música se concretizam na prática pedagógica de professores numa escola da rede pública do DF. Constatou-se que a temática em questão tem sido pouco explorada nos ambientes acadêmicos tanto pela área da música quanto da educação.

Palavras-chave: Currículo, Educação musical, Anos iniciais.

Notas Introdutórias

A Educação Musical é o campo de conhecimento que estuda a relação entre as pessoas e a música em seu processo de ensino e aprendizagem. Está intimamente ligada à formação integral do ser e à construção de seus conceitos artísticos e culturais. A música não é limitada a pessoas ou lugares e sua aprendizagem pode e deve ocorrer em qualquer contexto, mas por se tratar de um processo formativo e educacional, não se pode conceber a ideia de que a Educação Musical esteja dissociada do contexto escolar. A atividade pedagógica é alimentada da criatividade e concepções próprias do professor, mas sua prática é regulamentada pela proposta curricular a qual o trabalho docente está submetido. Sendo assim, qualquer estudo que busque compreender o contexto educacional tomando qualquer área de conhecimento como foco, deverá antes atentar-se para as matrizes

curriculares vigentes. Para traçar estudos sobre o ensino de música na escola regular não é diferente, uma atenção especial deve ser dada à proposta curricular operante no contexto que se pretende estudar.

Este trabalho é um recorte de pesquisa em andamento que assume o currículo do Distrito Federal, especialmente o prescrito para o trabalho com música nos anos iniciais como objeto de estudo e pretende compreender a concretização dessa proposta na prática pedagógica de cinco professores deste segmento no DF. Numa proposta que articula as áreas de conhecimento com eixos transversais¹ e integradores² para os anos iniciais do ensino fundamental, o currículo adotado no Distrito Federal, intitulado Currículo em Movimento da Educação Básica agrupa os conhecimentos a serem ministrados nas escolas em cadernos destinados a cada etapa de ensino da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, 2013). Este trabalho, por sua vez, se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental, a primeira fase da segunda etapa da Educação Básica.

O documento está vigente desde 2013 e seus objetivos para o Ensino Fundamental buscam ressignificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). A organização do currículo dos anos iniciais se dá a partir de diferentes áreas do conhecimento que compõe os eixos integradores e são: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso.

Em Linguagens estão posicionados os conteúdos de Língua Portuguesa, Artes e Educação Física. No componente curricular Artes os conteúdos estão divididos em: Plástica e cênica e Música. Nos anos iniciais, o professor regente deve ser formado em Pedagogia e é o único responsável por todos os componentes curriculares, portanto, é na atuação desse profissional que a música será ou não inserida de forma efetiva no cotidiano escolar dessa etapa da educação básica.

Analisando a prescrição para o trabalho com música percebe-se que a prática pedagógica deverá oferecer vivências da linguagem musical que passam pela pesquisa sonora e performances musicais, de modo a formar um sujeito que se compreende em sua própria cultura, tornando-se ouvinte e executor em formação, capaz de reinventar sentidos

¹ Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade.

² Alfabetização (para o Bloco Inicial de Alfabetização), letramentos e ludicidade para todo o Ensino Fundamental.

que reverberam no seu modo de viver e estar no mundo. Se por um lado é oportuno encontrar a música no currículo vigente, sem entrar no mérito se sua abordagem e conteúdos satisfazem a área, mas partindo do pressuposto de que já se considera um avanço, por outro lado é preciso compreender a relação que se estabelece entre o que se espera de um professor nos anos iniciais e o que este profissional concebe de sua própria formação em relação a toda a organização de seu trabalho.

Este trabalho, por sua vez, fornece dados importantes à pesquisa pretendida, visto que nos situa sobre as pesquisas que foram realizadas no âmbito dos mestrados e doutorados sobre a temática aqui levantada. Em fase inicial e lançando as primeiras proposições do que se pretende estudar, é importante identificar a relevância e recorrência da temática abordada. Levando em conta que a pesquisa em andamento culminará num relatório de dissertação de mestrado, é nesse âmbito inicialmente busquei as produções relacionadas à temática adotada, a fim de contribuir com os resultados já encontrados e colaborar com as lacunas que ainda se apresentam.

A escolha de um objeto de estudo e a elaboração de uma boa questão de pesquisa constitui uma parte muito crucial em todo o processo de escrita. Essa etapa determina a relevância do estudo e, conseqüentemente, a apreciação do mesmo quando houver novas abordagens e propostas relacionadas à temática. O estado do conhecimento nessa etapa se torna imprescindível para a elaboração do problema, visto que busca levantar os trabalhos que apontam o tema, mas acaba por revelar as lacunas na discussão que já fora proposta em torno do objeto de estudo pretendido. Como um exercício muito prévio de toda a trajetória que se norteia após ele, o estado do conhecimento se torna um colaborador da futura pesquisa, mapeando e categorizando toda a discussão precedente e atualizando o pesquisador em seu próprio tempo e espaço para a condução de sua proposta de estudo, considerando aqui o estado do conhecimento como propõe Pereira (2013): uma pesquisa bibliográfica em função da pesquisa proposta. O resultado, porém, se organizado da forma como lemos em Pires (2013), é a oferta do conteúdo levantado em um texto no qual há a possibilidade de que o leitor encontre obras de interesse tanto para pesquisa como para apreciação. De qualquer forma, pesquisas como o estado da arte e do conhecimento resulta numa organização necessária a qualquer área de conhecimento e suas temáticas,

promovendo panoramas entre tempos e opiniões, mapeando e divulgando resultados alcançados e suas lacunas. As pesquisas do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” são utilizadas por pesquisadores para mapear e discutir a produção acadêmica sobre determinada temática. (PIRES, 2013)

Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de mapear a pesquisa sobre o ensino de música nos anos iniciais do Ensino Fundamental e seu currículo, foi inicialmente realizado um levantamento nas publicações de teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)- Ibct³, e no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES⁴. Tal pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa aponta o “estado do conhecimento” nas teses e dissertações sobre a temática proposta, com ênfase nas produções diretamente relacionadas.

Os critérios de seleção de trabalhos para este levantamento foram estabelecidos com o objetivo de identificar a recorrência e as abordagens eleitas para tratar do ensino de música nos anos iniciais com foco no currículo e suas especificidades. Para tanto, consideramos apenas os trabalhos defendidos após 2008, data da lei 11769 que trata da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas (BRASIL, 2008). É importante destacar que em 2016 o texto foi substituído e as demais linguagens artísticas foram inseridas na obrigatoriedade, o que não interfere, necessariamente, na permanência da música como conteúdo curricular obrigatório (BRASIL, 2016).

Para o levantamento, os trabalhos focados no ensino de música nos anos iniciais foram priorizados. A seleção do material foi feita a partir das informações contidas nos títulos e resumos das obras. Reitero que no sistema educacional público brasileiro, fazendo ainda o recorte para o Distrito Federal, os professores dos anos iniciais são pedagogos, e por sua vez, os únicos responsáveis pelos componentes curriculares. Por essa razão, os trabalhos que tratam do ensino de música no ensino fundamental realizado por professores licenciados em música não foram considerados nesta pesquisa.

³ localizada em <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

⁴ localizado no endereço <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

De antemão, cabe destacar que nenhuma publicação que trate especificamente do currículo de música para os anos iniciais da Educação Básica no Distrito Federal foi identificada nesta pesquisa, porém foram identificados trabalhos relacionados ao estudo das bases teóricas do currículo do DF. Fez-se necessário, portanto, relacionar as produções, a fim de observar se há uma preocupação com a temática aqui proposta, ainda que de um modo indireto ou com o foco em interesses comuns da área da Educação Musical com a Educação no segmento já citado tanto no Distrito Federal como em outros estados brasileiros.

Ao todo, para este primeiro diálogo com a literatura, foram selecionados oito trabalhos acadêmicos, sendo dois relatórios de tese e seis relatórios de dissertação. O critério para o recorte temporal foi estabelecido na hipótese de que, após a lei 11769/2008, possa ter havido uma preocupação acadêmica com a implementação da obrigatoriedade do ensino de música na escola. Portanto, os trabalhos selecionados foram defendidos após 2008.

A busca pelos trabalhos nas plataformas foi orientada por descritores a partir dos quais pude reunir as produções mais próximas do objeto de estudo e da temática proposta. A questão norteadora do levantamento foi: “Como a presença da música nos currículos dos anos iniciais já foi estudada?” Os descritores utilizados foram:

- “música nos anos iniciais”;
- “currículo” + “música” + “anos iniciais”;
- “currículo dos anos iniciais”;
- “currículo em movimento”;
- “componente curricular Arte”

Os dois bancos de pesquisa, por vezes, apresentam os mesmos trabalhos na busca por descritores comuns ou parecidos. Cada trabalho, por sua vez, foi selecionado em apenas um banco e desconsiderado no outro, em caso de repetição. As buscas foram realizadas no mês de outubro de 2017. Os trabalhos selecionados resultam da busca dos descritores acima e estão listados no Quadro 1.

Quadro 1: Relação de trabalhos selecionados

	Título	Autor	Ano de Publicação
1	A música que soa na escola: estudo etnográfico nas séries iniciais do ensino fundamental	Guilherme Gabriel Ballande Romanelli (Dr)	2009

2	O ensino de música nos anos iniciais em duas escolas municipais de Vera Cruz do Oeste - PR	Josiane Paula Maltauro Lopes (Ms)	2010
3	A materialização da implementação do conteúdo de música nas escolas municipais de Cascavel - PR	Carla Angelica Sella Marianayagam (Ms)	2013
4	Lecionar música nas escolas de São Paulo: desafios frente ao currículo de Arte	Nilza Carla Teixeira (Ms)	2015
5	Currículo em Movimento: realidade e perspectivas da educação em e para os direitos humanos	Ana Paula Rodrigues da Silva (Ms)	2016
6	Trabalho docente e reformulação curricular: uma estudo de caso de uma escola da Rede Municipal de Petrópolis	Cíntia Chung Marques Correa (Dr)	2016
7	Currículo da Educação Básica do Distrito Federal: um caminho para a expressão criativa do professor da escola pública	Cristiane Leal Alves Teixeira (Ms)	2016
8	A organização do conteúdo de música no componente curricular Arte: dois estudos de caso com professores da rede pública de ensino do DF	Ibsen Perucci de Sena	2016

Fonte: dados da pesquisa, 2017

Este trabalho apresenta os primeiros diálogos com a literatura produzida sob a temática proposta. O levantamento realizado a priori nas teses e dissertações apenas abrem o diálogo e organiza a produção acadêmica a qual tenho acesso até esta fase da pesquisa. Para a seleção dos trabalhos considerei os objetivos da pesquisa em andamento, o que possibilitou a organização do material em duas categorias: Práticas Curriculares e Currículo da Educação Básica do DF.

Práticas curriculares

As produções que compõem esta categoria tem em comum a preocupação com a prática dos currículos que já estão vigentes. O principal referencial teórico da pesquisa em andamento que motivou este levantamento é Sacristán (2017) que apresenta a objetivação do currículo em seu processo de desenvolvimento. Nesse quadro, o autor diferencia o currículo prescrito do currículo que é efetivamente praticado em sala de aula.

O currículo prescrito para o sistema educativo e para os professores, mais evidente no ensino obrigatório, é a sua própria definição, de seus conteúdos e demais orientações relativas aos códigos que o organizam, que obedecem às determinações que procedem do fato de ser um objeto regulado por instâncias políticas e administrativas. (SACRISTÁN, 2017, p. 109)

Nos quatro trabalhos organizados nesta categoria é possível encontrar evidências de pesquisas que, em suas propostas, buscaram identificar ou conhecer qual seja o currículo em ação nos lócus adotados ou qual terá sido a recontextualização das matrizes curriculares feitas pelas organizações ou sujeitos envolvidos nos estudos, sem necessariamente utilizarem os termos que aqui utilizo.

Com o objetivo de entender como atuam os professores generalistas que ministram a disciplina de música nos anos iniciais, Lopes (2010) acaba nos apresentando uma realidade bem específica em Vera Cruz do Oeste – PR. Ao especificar os objetivos de sua pesquisa, a autora nos revela que no lócus estudado a música ocupa lugar de disciplina no currículo dos anos iniciais e os professores que atuam neste segmento são lotados por disciplina na escola, ou seja, são pedagogos (o que a autora chama generalistas) formados para a atuação nos anos iniciais, mas não são unidocentes como são os professores do DF. A pesquisa segue a fim de compreender as concepções da Secretaria de Educação e dos coordenadores pedagógicos sobre a música enquanto disciplina curricular e investiga a formação dos professores para o trabalho com música. Mesmo concluindo que ações para a formação continuada desses professores sejam necessárias, a autora considera o modelo adotado no município um exemplo positivo para a inserção da música nos anos iniciais e sugere que outras pesquisas devam ser feitas especialmente sobre alternativas para implantar a música como disciplina nos anos iniciais.

Marianayagam (2013) busca analisar nas escolas municipais de Cascavel – PR a implementação da lei 11.769/2008 partindo da hipótese de que a Música esteja ausente nas aulas de arte enquanto prática curricular. Dentre seus objetivos, buscou verificar de que forma os professores atendem às ações e políticas propostas pela Secretaria Municipal de Educação. Num trabalho próximo à secretaria de educação e aos professores de Arte, mapeou o processo de implementação da obrigatoriedade do ensino de música nas escolas

de Cascavel. A ênfase da pesquisa não está nos anos iniciais, mas o levantamento sobre as concepções dos docentes acerca do ensino de música, da legislação e do currículo vigente dialoga com a proposta da pesquisa em andamento. A pesquisa evidenciou incongruências na proposta curricular municipal para o ensino de música e uma secundarização do componente curricular Arte que resulta da formação descontinuada e fragmentada dos docentes.

Encontrar a música nos currículos configura um ganho para a Educação Musical enquanto área de conhecimento, contudo muitos são os desafios para que tais conteúdos saltem da proposta prescrita para a efetiva prática pedagógica. Foi nesse quadro que Teixeira (2015) debruçou-se a fim de trazer à discussão os desafios frente ao currículo de Arte no ensino de música. Sua proposta de análise das bases teóricas do currículo de arte para os anos iniciais configura uma importante contribuição para a nossa pesquisa. Os dados levantados permitiram a identificação dos desafios que os professores encontram frente ao currículo para o ensino da música.

Um dos relatórios de tese de doutoramento selecionado neste levantamento trata do trabalho docente e da reformulação curricular. Mesmo não tratando especificamente do ensino de música, a pesquisa foi selecionada por tomar por objeto de estudo o currículo dos anos iniciais. Correa (2016) propôs compreender o desenvolvimento dos conteúdos curriculares pelos professores. A rede municipal escolhida para o estudo possui uma proposta curricular recente e o autor tratou de analisar as repercussões de tal proposta no trabalho do professor, identificando as transformações e permanências na atividade profissional. Seu estudo revelou que os docentes não se percebem como colaboradores da elaboração do documento curricular, que estranham sua linguagem e necessitam de auxílio no trabalho com a nova proposta curricular.

O último trabalho que listamos aqui é o de Romanelli (2009) que buscou, em sua tese de doutoramento, compreender a relação que crianças das séries iniciais estabelecem com a música no espaço escolar. Dentre as análises realizadas pelo autor, consta a reflexão acerca do lugar da música nos currículos escolares e sobre a relação que os docentes das séries iniciais tem com a música. Cabe destacar que o termo “séries iniciais” referia-se aos anos iniciais antes da implementação do Ensino Fundamental de Nove Anos. O autor não

observa a prática docente, mas a musicalidade que flui da criança no ambiente escolar, elemento que considera importante para a construção de propostas para o ensino de música.

Entre a proposta curricular de um sistema educacional e a prática pedagógica está o professor e sua competência para o exercício de sua função. As escolhas que este profissional faz no seu cotidiano perpassam obrigatoriamente por sua formação e sua confiança nos conteúdos que oferta à sua turma. Atentar-se para os documentos prescritos para o trabalho do professor sem conferir suas ações pedagógicas não fornece dados da realidade do ensino.

Se o currículo é uma hipótese comprovável na prática educativa, com um processo de pesquisa, seu desenvolvimento deve corresponder aos professores como membros de uma instituição que o desenvolve na prática e que lhes permite estudar os problemas práticos do ensino. Portanto, está necessariamente vinculado à formação dos professores, já que se centra no conhecimento e na compreensão dos elementos que intervêm, e a formação terá a finalidade de construção a partir de estruturas, conceitos e critérios. (MUÑOZ, 2013, p. 498)

Nesse sentido, as pesquisas selecionadas nesta categoria oferecem caminhos para a observação do contexto educacional posicionando o professor como o ator responsável por dar sentido ao currículo prescrito, que só adquire razão de existir quando é considerado em sala de aula.

Currículo da Educação Básica do Distrito Federal

O currículo prescrito para a Educação Básica no Distrito Federal está vigente desde 2013 e sua elaboração está ancorada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Mesmo tendo sido elaborado após 2008, a obrigatoriedade do ensino de música não é citada em suas bases. Ainda assim, os conteúdos de música para os anos iniciais estão posicionados no componente Arte, que por sua vez, compõe a área de conhecimento Linguagens, a primeira parte do documento. Os trabalhos selecionados para a categoria “Currículo da Educação Básica do DF” assumem o Currículo em Movimento do DF como objeto de estudo e foram defendidos em 2016 na Universidade de

Brasília.

Silva (2016) construiu e defendeu sua pesquisa no Programa de Pós Graduação de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília. Seu objeto de estudo foi o Currículo em Movimento da Educação Básica dos Anos Iniciais que é entendido no estudo como documento identitário, cuja prática deve estar atrelada ao conhecimento construído a partir do que se é, do que se faz, sendo a expressão real de uma comunidade escolar. A autora estudou a concepção de Educação em e para os direitos humanos de um professor do 4º ano do Ensino Fundamental e de outros atores escolares e analisou a integração do currículo com o PPP. Em sua conclusão, a autora reflete acerca da construção de um importante instrumento educativo que propõe uma Educação em e para os direitos humanos, mas que não se atentou para a necessidade de participação dos verdadeiros protagonistas do processo educativo.

Os caminhos e possibilidades da expressão criativa do professor dos anos iniciais, mais precisamente do quarto e quinto ano, com a implementação do currículo em movimento foram o foco do estudo de Teixeira (2016). Em sua pesquisa, que utilizou como método a observação participante e entrevistas sobre a prática docente de 29 professores, a autora investigou o conhecimento dos participantes sobre o currículo prescrito e sua base teórica e a participação dos mesmos em formação ou estudos sobre a compreensão da proposta curricular. A percepção da autora sobre a concepção dos docentes participantes é a de que compreendem o currículo como documento norteador de sua prática, a preocupação no cumprimento das propostas curriculares torna-se como um obstáculo para a expressão de sua criatividade. Ainda que a música não tenha sido o centro da pesquisa da autora, falar de criatividade na prática pedagógica é muito importante na abordagem da temática que proponho, na qual as escolhas do professor em relação ao currículo prescrito são a principal fonte de dados para o estudo.

O último trabalho deste levantamento é a dissertação de Sena (2016) que além de adotar o mesmo currículo como objeto de estudo, buscou investigar como os professores de música contratados para atuar com a disciplina de Arte organizam os conteúdos de música em sua prática pedagógica. O autor não observa os anos iniciais, mas faz um quadro geral dos conteúdos de música em todos os segmentos da educação básica do DF, além de

interpretar a proposta curricular e as escolhas do professor sob o olhar de Sacristán, mesmo referencial teórico que elencamos neste trabalho. Como resultado, o trabalho apresenta nos casos estudados uma situação comum para a abordagem da música nos anos iniciais: a organização dos conteúdos de música articulada às datas comemorativas.

Notas Finais

As pesquisas organizadas neste levantamento atualiza a condição do objeto de estudo nos ambientes acadêmicos. Por se tratar de uma proposta curricular relativamente nova, somente há pouco tempo surgiram os primeiros estudos acadêmicos sobre o currículo vigente no DF. O caderno dos anos iniciais, especialmente os conteúdos de música, aparentemente não foram ainda observados ou estudados nesse âmbito, o que nos leva a contemplar a relevância da pesquisa em andamento. Os critérios estabelecidos para a seleção das produções são determinantes para que se possa estabelecer também um diálogo entre o material analisado e a pesquisa que se pretende realizar (PEREIRA, 2013). Por essa razão, os trabalhos citados aqui podem contribuir de modo significativo para o estudo sobre o currículo de música para os anos iniciais. No entanto, havia a expectativa de encontrar um número maior de publicações relacionadas ao assunto, visto que estamos atualmente em plena fase de implementação da Base Nacional Comum Curricular. Estudos sobre as propostas curriculares vigentes podem nortear a prática pedagógica, dando suporte aos docentes sobre sua própria atuação, propondo metodologias e orientando avaliações, contribuindo assim com a efetivação das propostas curriculares que já foram elaboradas ou questionando as possibilidades de implementação.

A discussão que trata da oferta dos conteúdos de música pelo professor licenciado em Pedagogia divide opiniões. Mesmo que considerássemos que o ideal seja que as aulas de música sejam ofertadas por um professor licenciado, não poderíamos ignorar que a atual conjuntura se distancia significativamente disso. Em tempo, precisamos ainda nos ocupar da solução imediata do que está posto como realidade. Se ponderarmos sobre o intervalo entre a obrigatoriedade da oferta pela lei 11.769/08 e os primeiros esforços para implementação, é possível imaginar que muitos alunos foram admitidos no sistema educacional após a sanção, mas sairão dele sem nenhuma formação ou vivência musical. Mais recentemente, a

obrigatoriedade passa a valer também, pela lei 13.278/16, para as artes visuais, dança e teatro, além da música, o que parece dificultar ainda mais a oferta do ensino de música nos anos iniciais pelo trabalho do pedagogo.

Caberia aqui ressaltar que este mesmo profissional atua com todas as áreas de conhecimento propostas no currículo, não sendo ele especialista em nenhuma delas. É ainda conveniente acentuar que, semelhantemente ao ensino da Matemática, por exemplo, nos anos iniciais e em toda a educação básica que, por sua vez, não objetivam formar um matemático, o ensino da Música nessa fase não tem por finalidade a formação de um músico, mas permitir ao alunado o acesso a essa arte, promovendo a iniciação, a experimentação e o contato. O professor pedagogo não é especialista em nenhuma das áreas com as quais atua, sua especialidade é o trabalho voltado para a educação na infância e as metodologias e especificidades que envolvem o ensino e aprendizagem nessa fase da vida constituem sua profissionalidade.

O acesso à linguagem musical nos anos iniciais no Distrito Federal passará inevitavelmente pela atuação deste profissional e não basta que os conteúdos estejam listados no currículo. A investigação sobre o currículo e a realidade educativa tem mostrado uma incongruência entre o que se propõe para a escola e o que de fato se faz na escola. O estado do conhecimento proposto aqui sinaliza o ponto de partida. No Distrito Federal, onde a proposta vigente há quase cinco anos parece nunca ter entrado em vigor, no que diz respeito aos conteúdos de música, é necessário que se conheça a concepção que os docentes tem do currículo elaborado e de sua própria condição em colocá-lo em prática.

Referências

BRASIL. Lei no 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. *Diário Oficial da União*, República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Seção 1, p. 1.

_____. Lei no 13.278, de 02 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. *Diário Oficial da União*, República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 mai. 2016 Seção 1, p. 1.

CORREA, Cíntia Chung Marques Correa. *Trabalho docente e reformulação curricular: um estudo de caso de uma escola da Rede Municipal de Petrópolis*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2016.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. *Currículo em Movimento da Secretaria de Educação do Distrito Federal*. Brasília, DF, 2013.

LOPES, Josiane Paula Maltauro. *O ensino de música nos anos iniciais em duas escolas municipais de Vera Cruz do Oeste – PR*. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010.

MARIANAYAGAM, Carla Angélica Sella. *A materialização da implementação do conteúdo de música nas escolas municipais de Cascavel - PR*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.

MUÑOZ, Francisco Imbernón. A formação dos professores e o desenvolvimento do currículo. In: SACRISTÁN, José Gimeno. *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

PEREIRA, Marcus Vinícius Medeiros. Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em educação: o ensino superior em música como objeto. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, v. 22, n. 40, 2013.

PIRES, Nair; DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. Música nas escolas de educação básica: o estado da arte na produção da Revista da Abem (1992-2011). *Revista da ABEM*, v. 21, n. 30, 2013.

ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande. *A música que soa na escola: estudo etnográfico nas séries iniciais do ensino fundamental*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2017.

SENA, Ibsen Perucci de. *A organização do conteúdo de música no componente curricular Arte: dois estudos de caso com professores da rede pública de Educação Básica do DF*. Dissertação (Mestrado em Música)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, Ana Paula Rodrigues da. *Currículo em movimento: realidade e perspectivas da educação em e para os Direitos Humanos*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Cristiane Leal Alves. *Currículo da Educação Básica: um caminho para a expressão criativa do professor da escola pública?* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Nilza Carla. *Lecionar música nas escolas de São Paulo: desafios frente ao currículo*

de Arte. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.